

## **MEMÓRIA, HISTÓRIA E ENSINO**

Sonia Wanderley  
Doutora em História / UFF  
smaiw@uerj.br

### **INTRODUÇÃO**

Há algumas décadas a memória aqui com seu significado no âmbito das Ciências Sociais tem tido lugar privilegiado tanto nos estudos acadêmicos como na militância de grupos da sociedade civil organizada. No Brasil, multiplicam-se as traduções e as produções de cientistas nacionais que voltam sua atenção para o assunto. No campo da História, o que mais nos interessa neste artigo, desde década de 1980, diversos artigos e encontros acadêmicos foram produzidos tendo como eixo a problemática da memória e sua relação com o conhecimento histórico.

Sem dúvida, tal interesse relaciona-se à reorganização da sociedade civil com a crise da ditadura militar. O fim do período de exceção militar provocou a emergência de movimentos sociais que, representando diversos grupos/segmentos sociais denominados minorias, irrompem a luta pelo resgate/constituição de identidades étnicas e culturais autônomas.

Hoje, o historiador busca estabelecer o foco da investigação sobre a memória e suas práticas. Metodologicamente, interessa conhecer os atores e os processos que intervêm na produção da memória individual e coletiva. Principalmente esta última, privilegiada com a ampliação dos estudos sobre as memórias subterrâneas, aquelas referentes aos grupos marginais, aos excluídos e às minorias.

A atenção volta-se para o estudo da memória enquanto prática de representação social e, portanto, para o estudo das formas de resgate de memórias coletivas durante tanto tempo subtraídas do espaço público pela memória oficial. O avanço da História Oral vem corroborar com essa busca de ressuscitarem-se memórias historicamente silenciadas em nossa historiografia. Com isso movimenta-se a interpretação da relação entre memória e história, tendo como eixo principal o artigo de Pierre Nora, Entre Memória e História a problemática dos lugares. (NORA, 1993)

Se toda essa ebulição interpretativa que vem movimentando o cenário historiográfico brasileiro dialéticamente relaciona-se à mobilização da sociedade, é importante saber como andam os ecos dessa produção no ensino da História. Como ela pode traduzir-se em revisão/mudança dos conteúdos trabalhados e, principalmente, em novos enfoques no processo de ensino-aprendizagem nos diversos níveis escolares, tendo em vista o objetivo de resgate de identidades submersas pela memória oficial e pelo presentismo midiático.

## **MEMÓRIA, HISTÓRIA E ESQUECIMENTO**

Para Nora, o grande interesse pela memória e seus lugares liga-se a um momento particular da história na atualidade, no qual:

"a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para se possa colocar o problema de sua encarnação (...) Há locais de memória porque não há mais meios de memória." (NORA, 1993)

Estar-se-ia, desta forma, buscando, sob a mediação da história, o resgate daquilo que, enquanto prática social, jaz condenado ao esquecimento nas sociedades contemporâneas.

Para o historiador francês, portanto, tudo que hoje se denomina memória, não é outra coisa senão história: a memória transmutada em "operação intelectual e laicizante". Enquanto memória, "por natureza coletiva, plural e individualizada", as recordações estariam abertas "à dialética da lembrança e do esquecimento", inconscientes de "suas deformações sucessivas", vulneráveis "a todos os usos e manipulações"; enquanto História, gênero de vocação universal, elas pertenceriam a todos e a ninguém. A história seria, ela própria, um gigantesco lugar de memória, onde as lembranças deixam o espaço da "memória coletiva, para entrar na memória histórica e na memória pedagógica". (NORA, 1993)

Jacques Le Goff, em História e memória, também se referiu à história como a forma científica da memória coletiva. Em seu trabalho, deixa claro que

"o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa". (LE GOFF, 1996)

A história seria, portanto, uma apropriação seletiva de lembranças/vestígios com o intuito de bloquear o esquecimento e, ao mesmo tempo, moldar uma identidade. É dentro desta perspectiva, nada natural, totalmente política, que se deve compreender e balizar a análise dos movimentos de recuperação e preservação de documentos/monumentos que caracterizam o fazer histórico.

Ao contrário da memória, vulnerável a todos os usos e manipulações, caberia, segundo esses historiadores, à História elucidar, com seus métodos, o processo de construção do esquecimento e da seleção de lembranças que os grupos e instituições sociais realizam, auxiliando, dessa maneira, à constituição de memórias coletivas como identidades sociais, culturais, étnicas e políticas.

Poder-se-ia afirmar que a constituição de uma identidade sócio-política ou étnica é, portanto, resultado de uma fazer consciente que mistura memória e História enquanto prática intelectualizada e seletiva da memória tendo em vista uma ação política sobre o presente a produção de memória política.

Mas, a memória política não é apenas fruto de ações individuais. Ela é sim, em parte, herdada, contudo, por possuir um caráter dinâmico, pode sofrer mudanças a partir do contexto no qual esteja sendo articulada. Em síntese, a memória política, fundamento da identidade, se constitui no embate de interesses sociais e intergrupais distintos. É nesse processo conflituoso que determinadas memórias se consolidam enquanto hegemônicas.

Michael Pollak refere-se a um processo de enquadramento da memória (POLLAK, 1989). Esse trabalho é realizado por sujeitos sociais, por assim dizer, profissionais. São as instituições que direta ou indiretamente constroem ou veiculam imagens de um passado comum forjado para manter ou justificar uma determinada ordem.

Tradicionalmente, o Estado é o grande produtor de enquadramentos da memória. Mas não devemos esquecer que toda organização veicula um passado de si própria e a história oficial não é resultado apenas de tradições inventadas por instituições estatais. Os diversos grupos e instituições sociais forjam suas histórias através de um jogo de ações que articula a história, a memória e o esquecimento. Vale lembrar que a narrativa histórica é, preferencialmente, o veículo divulgador desses enquadramentos.

Em uma conjuntura de normalidade política, a construção dessas identidades não se estabelece isenta de nuances em função do outro:

"A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros" (POLLAK, 1992).

Os enquadramentos, portanto, não são necessariamente imposições, no sentido negativo do termo. Certamente, resultam de embates que se estabelecem entre as forças sociais em uma dada conjuntura e acabam por construir as identidades pessoais e coletivas. Inclua-se nesse universo a seleção de objetos, documentos/monumentos, enfim significados, que passam a fazer parte da história de um grupo ou povo.

Em um processo de disputa pela hegemonia na produção de significados sociais, as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público utilizando variados subterfúgios e provocando esfacelamentos, que dinamicamente fazem funcionar os enquadramentos de memória e suas táticas, para tentar parar o tempo e bloquear o esquecimento.

Pollak exemplifica esse processo utilizando como referência a constituição da memória nacional:

"Opondo-se à mais legítima das memórias coletivas, a memória nacional, essas lembranças [subterrâneas, proibidas] são transmitidas no quadro familiar, em associações, em redes de sociabilidade afetiva e/ou política. Essas lembranças proibidas (...), indizíveis (...) ou vergonhosas (...) são zelosamente guardadas em estruturas de comunicação informais e passam despercebidas pela sociedade englobante" (POLLAK, 1989).

Cabe a História, enquanto ciência social, dessacralizar sua relação com a memória e, transformando-se em um laboratório de mentalidades do passado, erigir-se como intérprete da ação política na qual se dá o embate pela elaboração da memória coletiva e social. O historiador, em sua retomada do passado, não deve cristalizar a memória, mas encontrar métodos eficazes de seleção e análise. Em um mundo assolado pela negação da validade do passado, identificado pela fluidez do presentismo, pela construção de interpretações ideológicas, pelos simulacros do real midiático, é função do profissional da História estabelecer como tarefa primordial historicizar a própria memória. Utilizar os instrumentos da produção do conhecimento histórico para desnudar as condições de manipulação nas quais as memórias oficiais normalmente são forjadas.

### **MEMÓRIA POLÍTICA, HISTÓRIA E IDENTIDADE**

Em um artigo para uma revista paranaense de História, Edson Luis de Almeida Teles examina o pensamento de Hannah Arendt, quando reflete sobre os regimes totalitários do século XX, estabelecendo uma frutífera relação entre os conceitos de memória e história e sua articulação com a ação política no presente, ou seja, demonstrando o sentido político da memória coletiva.

Arendt, conceituando história, aponta para a sua capacidade de restaurar a relação entre passado e presente, diluindo a ruptura que impede aos seres humanos articularem um sentido para sua existência. Em uma interpretação correlata à dos historiadores franceses apresentados acima, a pensadora marxista traduz a História como o campo que articula e retoma a memória, produzindo um quadro de referências que a permita reter o conhecimento.

Neste momento, a História deixa de ser uma sucessão de eventos organizados homogeneamente. O que importa é a possibilidade de retomar o passado, narrando experiências do político que possam ser apreendidas e revelem o sentido dos acontecimentos do presente:

"A história busca o passado fragmentado e não transmitido pela tradição, composto pelas memórias esquecidas, as que somente podem ser contadas pelos que pertenciam às causas política derrotadas ou

minoritárias. (...) Sua importância não está em apresentar uma imagem do passado, tirando sua autenticidade, mas em transformá-lo em uma experiência política única que possa renovar o futuro com seu reconhecimento no presente" (TELES, 2004).

Para Arendt, a função da História descortina-se no estabelecimento de uma reflexão que leve à constituição de uma memória coletiva identidade que impulsiona a ação política e não nacional. Essa identidade não escamoteia o conflito sobre o qual se configuram as redes de sociabilidade, não silencia sobre o passado:

"(...) não será por silenciar, por omitir o acerto de contas que nunca fizemos com o passado, que temos tanta dificuldade em construir um futuro? Enquanto não conseguimos separar os tempos verbais, julgar e enterrar o passado, enquanto, pior de tudo, nem sequer o tentamos, continuamos brincando de enternecer o futuro (...), dele fazendo um prolongamento bastante infantil do presente, um momento de presença histórica" (RIBEIRO, 2000).

## **MEMÓRIA POLÍTICA E ENSINO DE HISTÓRIA**

Hoje em dia, diante da constante desqualificação do passado e da desconfiança de alguns na capacidade da ciência histórica de estruturá-lo logicamente, a memória vem se constituindo em História. Ainda considerando o pensamento de Hanna Arendt, esse é um processo significativamente ideológico no sentido negativo da interpretação de Marx na medida em que "é na participação da esfera do político e do público que se realiza nossa condição humana" (ARENDR, 1997).

O sentido democrático do termo cidadania perpassa a capacidade dos indivíduos de refletirem criticamente e construírem significados de pertencimento, sejam eles étnicos, culturais ou nacionais. A escola, em especial o ensino de História, tem um papel fundamental nesse processo.

Como bem sabemos, a escola e o processo de ensino-aprendizagem não se encontram a parte das disputas e conflitos pela hegemonia na construção de significados sociais, culturais e políticos (sem entrar no mérito das inter-relações entre esses níveis). O processo de socialização realizado pela escola, especificamente a capacidade de construção de pertencimentos socioculturais através do ensino de história, nada tem de neutro,

refletindo a luta de classes (THOMPSON, 1981) e as concepções de mundo que os sujeitos históricos carregam para a relação.

É a partir dessa perspectiva que se deve olhar com cuidado a estratégia, hoje em dia tão em voga, dos passeios históricos e seus roteiros, que reaparecem com toda a força nos seminários e encontros sobre ensino de História. Nada contra a estratégia em si, excelente oportunidade de romper com a monotonia de encontros centrados no espaço físico restrito da sala de aula e/ou na sapiência dos manuais e do professor. Contudo, não se pode cair no fetichismo do patrimônio histórico/cultural, apenas para abandonar um outro, anterior, qual seja o de uma concepção de ensino, na qual a aula expositiva é a estratégia fundamental e o conteúdo dos manuais didáticos a fonte de toda a verdade.

No que se refere aos passeios históricos, a discussão que resumidamente apresentamos acima deve ainda ser acrescida de uma reflexão sobre a construção de significado para a expressão patrimônio histórico no Brasil. Só assim vamos atentar para os cuidados necessários na utilização de uma estratégia didática que privilegia essencialmente o resgate de memórias através da visitação de monumentos/documentos privilegiados em conjunturas históricas diversas.

Durante o Estado Novo (1937-1945) foi constituída uma acepção para patrimônio histórico e artístico, presente no do Decreto-lei n.º 25/1937, que buscava inventar a memória de um passado homogêneo e de uma história nacional sem conflitos ou contradições sociais, através da valorização de "bens móveis e imóveis cuja conservação seja de interesse público", conforme o artigo primeiro do referido decreto.

Em contraposição a este significado, sobreveio um novo sentido para o termo, na segunda metade da década de 70. A expressão foi modificada para patrimônio cultural, pois passou a considerar valores culturais não tangíveis e não apenas os vestígios materiais privilegiados no período anterior.

Os dois diferentes discursos sobre patrimônio cultural apresentados refletem a produção de narrativas nacionais (GONÇALVES, 1996) diferentes que logicamente buscam construir memórias coletivas e identidade nacional diversas.

De forma bem sintética, a divergência entre os dois resume-se ao seguinte: para o primeiro, cabia à sociedade preservar a "tradição" para "civilizar" a nação. Esta tradição era vista como um conjunto homogêneo, sem fissuras ou conflitos que refletissem uma luta de classe em sua constituição. Para o último, o importante seria garantir o "desenvolvimento" através da preservação da "heterogeneidade cultural", o que levou alguns intelectuais a cunhar o conceito de bens culturais e não mais utilizar o termo bens patrimoniais.

Bem cultural seria então definido como:

"Toda a produção humana, de ordem emocional, intelectual e material, independente de sua origem, época ou aspecto formal, bem como a natureza, que propiciem o conhecimento e a consciência do homem sobre si mesmo e sobre o mundo que o rodeia" (GODOY, 1985).

Percebe-se que todo o desenvolvimento teórico-metodológico das ciências sociais, em especial da História, influenciou a mudança do paradigma, estando os historiadores presentes na reflexão sobre o assunto, como se verifica na posição defendida por Déa Fenelon, quanto ao significado de bens culturais, no início dos anos 90:

"Não são apenas tradicionalmente considerados dignos de preservação, produzidos e definidos pelos vencedores de cada época. Ao contrário, são os frutos de todos os saberes, todas as memórias de experiências humanas. Não apenas monumentos, bem isolados e descontextualizados, mas testemunhos materiais portadores de significação, passíveis de muitas leituras" (FENELON, 1993).

Depois desse breve resumo sobre o significado de patrimônio histórico ou cultural, como queiram, pode-se retornar à análise sobre a sua utilização como estratégia didática no processo de ensino-aprendizagem da História.

Cabe ao professor, como produtor de conhecimento, utilizá-los com a consciência de que esses produtos são resultantes da memória enquadrada, portanto, como qualquer experiência humana, constituem fonte inesgotável de dominação e de legitimação do poder.

A posição de Déa Fenelon, apresentada acima, resgata posicionamento apresentado por Jacques Le Goff, em seu texto

Documento/Monumento (LE GOFF, 1996), no qual demonstra o caráter monumental de todo documento, matéria-prima da memória coletiva e da história. Para o historiador francês, o monumento caracteriza-se por ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas, servindo de legado à memória coletiva.

Rompendo com o senso comum, que muitas vezes permeia os passeios históricos, é função do professor, aqui considerado produtor de conhecimento, não importando em que nível de escolaridade ele labuta esclarecer, através da construção da crítica interna com seus alunos, as condições da produção histórica dos documentos/monumentos visitados. É sua tarefa, reconstruir junto de seus alunos, as relações de força que compunham a conjuntura histórica à qual esses lugares de memória pertencem.

Mais do que identificá-los como traços deixados pelo passado, é preciso "isolar, reagrupar, tornar pertinentes, colocar em relação, constituir em conjunto" (LE GOFF, 1996). Só assim a utilização desses materiais poderá significar a (re)construção de uma memória política e oferecer subsídios para o reconhecimento de identidades verdadeiramente autônomas e conscientes.

Desprovida dessa preocupação, a estratégia perde sua significação como parte do que deve ser um dos pressupostos do ensino de História: o estabelecimento da cidadania cultural. Marilena Chauí relaciona este objetivo ao direito de todos à memória histórica:

"O direito à memória como direito de cidadania indica que todos devem ter acesso aos bens materiais e imateriais que representem o seu passado, a sua tradição, enfim, a sua história" (CHAUÍ, 1995).

O ensino de História pode, contextualizando-se as escolhas realizadas no passado e no presente, desnudar os enquadramentos dos quais a própria narrativa histórica faz parte. Utilizar-se dos monumentos não apenas no campo da memória, embora através dela se resgate o elo afetivo que só ela proporciona; mas transferi-los para o campo da ciência histórica onde é possível, aliando-se o trabalho documental à produção do conhecimento histórico, a racionalização da memória, o reconhecimento de sua historicidade e o esclarecimento de que como sujeitos da história adquirimos a verdadeira cidadania.

**Referências Bibliográficas:**

**ARENDR, Hanna.** A Condição Humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

**BITTENCOURT, Circe** (org.) O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 1998.

**CHAUÍ, Marilena.** Cultura política e Política cultural. Revista de Estudos Avançados. São Paulo:

USP, v. 9, n. 23, janeiro / abril de 1995.

**DAVIES, Nicholas** (org.). Para além dos conteúdos no ensino de História. Niterói: EdUFF, 2000.

**FENELON, Déa.** Políticas culturais e Patrimônio histórico. In: Ciclo de debates sobre cultura e

memória: perspectivas da administração pública brasileira hoje. Brasília: ENAP, 1993.

**GODOY, Maria do Carmo.** Patrimônio Cultural: conceituação e subsídios para uma política.

Encontro Estadual de História (n.º 4) - Anais História e Historiografia em Minas Gerais,

Belo Horizonte: ANPUH/MG, 1985.

**GONÇALVES, José Reginaldo Santos.** A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural

no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ / IPHAN, 1996.

**LE GOFF, Jacques.** História e memória. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1996.

**NORA, Pierre.** Entre memória e história a problemática dos lugares. Revista Projeto História -

História & Cultura. São Paulo: Editora da PUC/SP. n 10, dezembro de 1993.

**POLLAK, Michael.** Memória, esquecimento, silêncio. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro: Cpdoc / FGV, v. 3, 1989.

\_\_\_\_\_. Memória e identidade social. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro: Cpdoc / FGV, v. 5, n. 10, 1992.

**RÉMOND, René** (org.). Por uma história política. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ/FGV, 1996.

**RIBEIRO, Renato Janine.** A sociedade contra o social o alto custo da vida pública no Brasil.

São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

**SILVA, Marcos A** (org.). repensando a história. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, s/d.

**TELES, Edson Luis de Almeida.** Passado, memória e história: o desejo de atualização das palavras

e feitos humanos. Revista Urutaguá [revista eletrônica]. Ano I nº. 3, Maringá/ Paraná: dezembro

de 2004. [www.urutagua.uem.br]. ISSN: 1519.6178.

**THOMPSON, E. P.** A miséria da teoria. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.